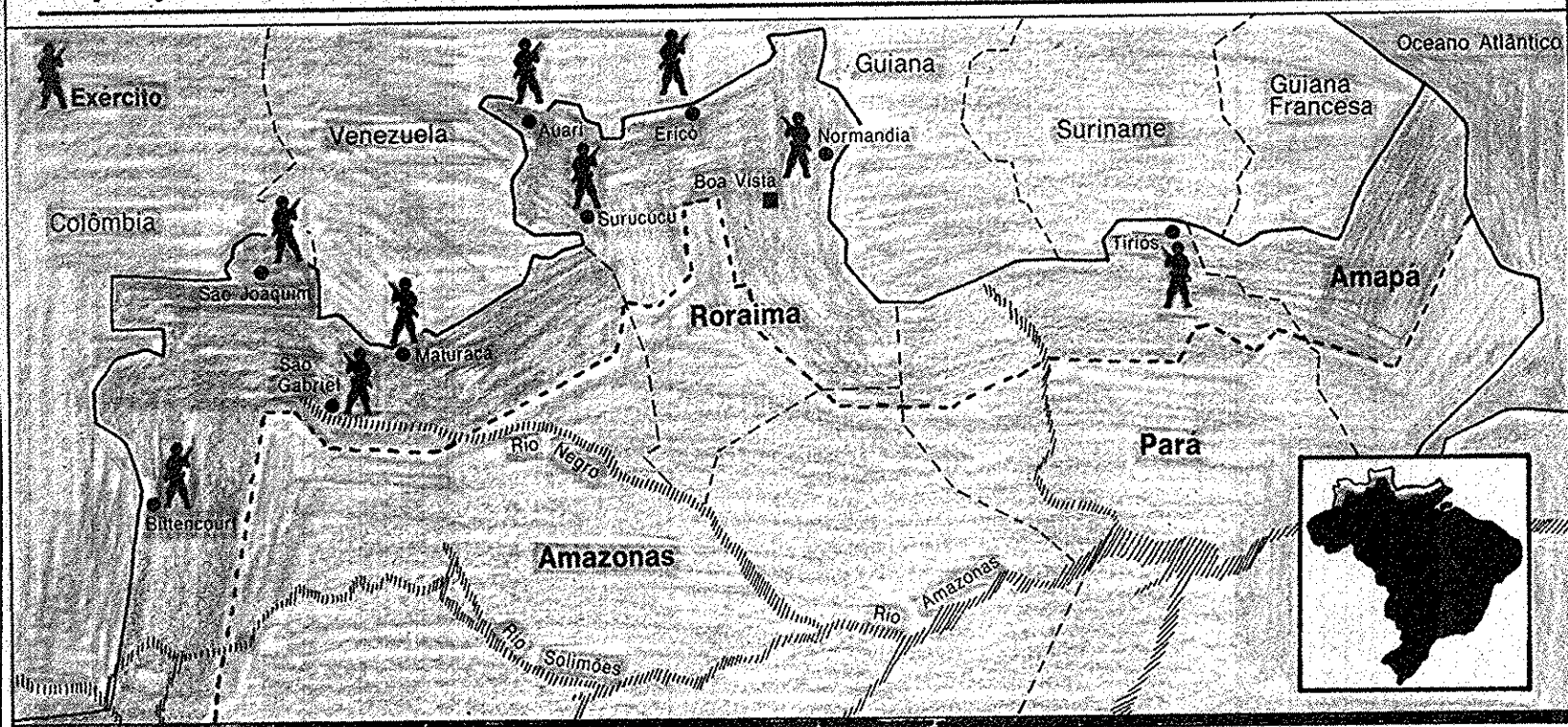


Amazônia: a riqueza sob a polêmica

O projeto Calha-Norte



Calha Norte: índio pode virar recruta

BRASÍLIA — O mais ambicioso programa do Governo para ampliação da presença nacional na Amazônia é um projeto de inspiração nitidamente militar. Gerado no extinto Conselho de Segurança Nacional, hoje transformado em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), o Projeto Calha Norte objetiva integrar ao restante do território a vasta "Ilha Amazônica", praticamente desabitada, com solos extremamente ricos em recursos minerais e objeto da cobiça de outros países.

Uma das preocupações do Calha Norte é promover a integração das populações indígenas da região, que constituem 22% do total de índios no País, e que, conforme diz um documento da Saden, estão em diferentes graus de aculturação. O Exército, por isso, tem um programa especial de incorporação de jovens índios como recrutas.

O projeto concentra-se numa área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, com 6.771 quilômetros de fronteiras, que abrange territó-

rios dos Estados do Amazonas, do Pará, de Roraima e do Amapá, ao Norte das calhas dos Rios Amazonas e Solimões. Orçado em cerca de US\$ 86 milhões, ele deve ter a sua primeira fase encerrada em 1991. Até lá, todos os programas de aumento da presença militar já deverão estar prontos.

Embora tenha a participação dos Ministérios das Relações Exteriores, do Interior e da Justiça, a força motriz do Calha Norte é o programa especial que prevê o aumento da presença militar, a cargo das Forças Armadas. A idéia é, a partir do aumento dos efetivos militares na região, estimular atividades econômicas e a infra-estrutura de educação e saúde e controlar, ao mesmo tempo, atividades ilegais como o contrabando e o narcotráfico. Hoje, já existem distribuídos ao longo das fronteiras dois batalhões e oito pelotões do Exército, perfazendo um total de 600 soldados. A Marinha e a Aeronáutica também participam do projeto.

BRASÍLIA — As riquezas minerais existentes na Amazônia estão mapeadas desde 1987. A localização das jazidas e a identificação dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros que as exploram constam em dois livros publicados pelo Conselho Nacional para o Desenvolvimento da pesquisa Científica (CNPq) — "Quem é quem no subsolo brasileiro" e "A questão mineral da Amazônia" —, organizados por Francisco Rego Chaves Fernandes. São imensas as reservas de ferro, manganês, bauxita, cobre, zinco, molibdênio, níquel, crômio, ouro, prata, estanho, tungstênio, calcário e caulim, por exemplo.

As publicações indicam que apenas em Carajás há uma reserva de ferro superior a 17 bilhões de toneladas, quantidade que deve manter a exploração na região por pelo menos 400 anos. A bauxita da Amazônia chega a 2,5 bilhões de toneladas ainda não exploradas. A reserva de cobre alcança 1,5 bilhão de toneladas, enquanto existem cem milhões de toneladas de manganês, 47 milhões de toneladas de níquel e quase 25 mil toneladas de estanho mapeadas mas ainda não alcançadas na Serra de Carajás.

A reserva de ferro de alto teor, com 66% de pureza, é a maior existente no planeta. Ela se espalha por quatro províncias minerais de Carajás, abrangendo praticamente todo o complexo ali montado pela Companhia Vale do Rio Doce. A bauxita encontrada na Amazônia coloca o País como o terceiro produtor mundial de alumínio, superado apenas pela Guiné e pela Austrália, contribuindo com 15% de toda a produção.

A quantidade de ouro encontrada na Amazônia nunca chegou a ser especificada concretamente. O livro "A questão mineral da Amazônia" estima que desde 1977 a região produziu mais de cem toneladas do minério, mas o contrabando do ouro e a consequente não declaração de lavras são moeda comum nos garimpos.

O Deputado federal e geólogo Gabriel Guerreiro (PMDB/PA) afirma que não existe no Mundo região mais rica e de exploração mais fácil do que a Amazônia. O parlamentar ressalta que a exploração mineral, com exceção do garimpo de ouro, não causa maiores impactos ambientais na região.

A ocupação do subsolo da Amazônia, através de concessões dadas pelo Estado, até hoje não obedeceu a critérios rígidos de pesquisa e lavra.

Uma das publicações do CNPq revela, por exemplo, que o capital estrangeiro detém 38,1% de todas as concessões de lavra fornecidas na região, cabendo ao capital nacional privado 35%. O Estado detém 26,9%. A questão da ocupação do subsolo, entretanto, é matéria a ser revista pela futura legislação complementar à Constituição.

Há duas semanas, o físico José Lutzemberger, Prêmio Nobel Alternativo de ecologia em 1987, disse em Altamira, durante o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, que a exploração extrativista da Amazônia é mais rentável economicamente que a derrubada de matas para o aproveitamento de madeira:

— As riquezas da Amazônia, quando exploradas pelo processo extrativista racional, podem produzir resultados muito mais significativos ao homem do que o corte de árvores para a produção de madeira ou celulose.

O Deputado Gabriel Guerreiro explica que um hectare de floresta transformado em pasto pode garantir a criação de um bezerro novo a cada ano. Este mesmo hectare de floresta nativa representa centenas de castanheiras, que podem fornecer frutos e óleo, além de ocupar socialmente dezenas de castanheiros.

A potencialidade de gás natural da Amazônia é outra questão mal debatida ou estudada no País. No ano passado, o Presidente Sarney declarou que a Ilha de Marajó poderia produzir tanto petróleo quanto o Mar do Norte. Embora o potencial da bacia tenha sido superestimado, os sinais de existência de petróleo faz supor que haja uma grande concentração de gás natural. Segundo o engenheiro agrônomo Flávio Garcia, técnico do CNPq especializado em pesquisas na Amazônia, se for confirmado o potencial de gás de Marajó, "o Norte do País muda de cara". Garcia sustenta que o gás da Amazônia poderá transferir energia para o próprio Projeto Carajás, além de garantir milhares de outros investimentos na região: — Com gás natural abundante, poderemos verticalizar a produção de minério de ferro de Carajás, construindo até mesmo aciarias, sem o brutal desmatamento de matas para transformação em carvão.

Ele acrescenta que assim o Brasil deixaria "de exportar minério de ferro a preço de banana", tornando-se em produtor do melhor aço do Mundo, garantido pela qualidade superior do minério de Carajás.